

ELEIÇÕES E POLÍTICAS

p. 33

PÚBLICAS

Josaphat Marinho



O início do programa eleitoral gratuito, no rádio e na televisão, proporcionando a presença dos candidatos registrados, há de despertar a curiosidade dos cidadãos em geral. Segundo as aptidões, o interesse, as atividades profissionais de cada pessoa, e a capacidade dos candidatos de fixar a atenção dos eleitores, múltiplas indagações deverão ser feitas. A primeira delas, provavelmente, há de ser relativa à diferença do tempo destinado aos candidatos. Se a força político-eleitoral justifica diversidade de situação entre eles, a conveniência de permitir a todos um tempo mínimo razoável, para expressão de sua idéias, aconselha alteração das leis. Não é justo, nem próprio para o eleitor, que haja candidatos privilegiados e outros desmedidamente desfavorecidos. A desigualdade é tanto mais condenável se há postulantes novos, com poder de transmitir mensagens, porém sem grandes apoios partidários. O desequilíbrio na distribuição do tempo pode impedir ao eleitorado o conhecimento de idéias e soluções apreciáveis. Nesse sistema, lideranças emergentes não encontrarão condições de divulgar e expandir suas teses.

Outras indagações surgirão, como as concernentes às diversas questões sociais, econômicas, culturais, de desenvolvimento, enfim. No desdobrar da propaganda, o que importa, como relevo, não é porventura o que já foi realizado, mas o que pode ou deve ser realizado. Sendo outras as circunstâncias, a preocupação reside no futuro, e não no passado. Este já é de todos conhecido, para o julga-

mento cabível. O que está por vir é que representa a esperança. Nesta, anunciada sem fantasia, devem repousar os objetivos dos candidatos, para conquista de solidariedade e confiança. Variando os problemas e as decisões correspondentes, de um para outro período de governo, sobretudo em fases de interdependência crescente dos povos, são importantes as idéias que traduzem inovação. Tal não significa que se desconheça a razão de continuidade, desde que claramente justificada. Em princípio, porém, a fatos novos hão de acompanhar conceitos equivalentes.

Neste mundo de fim de século, multiplicam-se as questões de interesse individual e coletivo, a que o Estado deve destinar seu cuidado. Varia a intensidade de interferência do poder público, porém sua ausência é

prejudicial ao equilíbrio das relações humanas, como tem demonstrado este período de neoliberalismo injusto. Daí a ciência política, aliada à da administração, vir salientando a importância das políticas públicas, voltadas para os diferentes setores de atividades criadoras de riqueza ou geradoras de desenvolvimento. Umas visam mais a finalidades culturais, como as políticas de educação; outras, a realizações materiais, quais as de transporte ou de energia. Certo é que se recomenda um sem-número de políticas públicas: de cultura, de saúde, de produção de alimentos, de desenvolvimento tecnológico, ou agrícola, de emprego. Se todas são relevantes, há prioridades na execução dessas políticas, conforme as peculiaridades ou exigências de cada estado. As condições econômicas e sociais, ou de diversificação da cultura

agrícola, são fatores determinantes da precedência das políticas públicas estabelecidas. Num país como o Brasil, de grande extensão e de regiões diferenciadas, a política de produção agrícola deve ter natural prioridade, com especificidades compreensíveis, a fim de atender às exigências distintas da população, notadamente no campo dos alimentos.

O critério nacional das políticas públicas disciplina a ação dos governos, substituindo as soluções de vontade pessoal pelas de estrutura permanente e de alcance coletivo. Tecidas como programas de governo, as políticas públicas tornam-se de conhecimento geral e fixam esperanças razoáveis. Servem assim, também, de orientação aos particulares, que ficam informados das diretrizes criadas em função dos interesses da coletividade. Em realidade, essas políticas substituem o regime de planejamento, tão útil e infelizmente repudiado pelo liberalismo personalista.

De todo modo, seria bastante conveniente e educativo que os candidatos aos diferentes postos eletivos, e em particular os destinados aos cargos de governo, enunciasssem, objetivamente, as políticas públicas de sua preferência, como Lula já esboçou quanto ao setor industrial. Esclareceriam os votantes, valorizariam o programa eleitoral e a audiência dos cidadãos, e prestigiariam a cultura democrática, que tanto se caracteriza pela comunicação inteligente.

■ Josaphat Marinho é senador pelo PFL da Bahia